

Contribuição das empresas para o atingimento das metas da Agenda 2030: uma análise da divulgação ambiental

ANA LIDIA DE OLIVEIRA SILVA RAMALHO

Universidade Federal do Ceará

MARCELLE COLARES OLIVEIRA

Universidade Federal do Ceará

Resumo

Esta pesquisa objetiva investigar o nível de divulgação, por parte de empresas mundiais, de informações de natureza ambiental que englobam as metas previstas pela Agenda 2030. A pesquisa é exploratória, documental e quantitativa, contendo a amostra 20 empresas consideradas as mais sustentáveis de 2020 que se encontravam na base de dados da *Thomson Reuters*. Analisou-se a divulgação pelas empresas de 16 indicadores ambientais, divididos em quatro pilares principais, a saber: água, energia, CO₂ e resíduos, considerados pela Organização das Nações Unidas (ONU) como indispensáveis para se avaliar a contribuição do setor privado para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Foram colhidos dados dos anos de 2015, 2016 e 2017, pretendendo-se constatar a ausência ou existência de divulgação dos indicadores. Os resultados da pesquisa apontam que as empresas da amostra, em sua maioria, estão divulgando as suas informações ambientais em conformidade com o que está previsto na Agenda 2030; que os maiores níveis de divulgação se referem aos indicadores de política de eficiência hídrica e política de redução de recursos (pilar Água), política de eficiência energética, metas de eficiência energética e uso de energias renováveis (pilar Energia), bem como aos indicadores de iniciativas de redução de resíduos e políticas de emissões (pilar Resíduos). Entretanto, percebeu-se também que os dois indicadores do pilar CO₂, relativo a emissões de gases do efeito estufa, apresentaram uma divulgação razoável. Ademais, o pior resultado obtido refere-se ao indicador relativo à reciclagem e reutilização da água (pilar Água), e aos indicadores de energia renovável (pilar Energia) e outros dois indicadores referentes às substâncias destruidoras da camada de ozônio (pilar Resíduos) apresentaram um nível baixo de divulgação. Assim, pode-se afirmar que a maioria das entidades está compromissada em apresentar suas informações em conformidade com as exigências da Agenda 2030.

Palavras chave: Divulgação ambiental, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030.

Introdução

A crescente preocupação com o futuro do planeta, sobretudo com a esfera ambiental, provocou uma considerável revolução no universo corporativo. Durante a primeira metade do século XX, o cenário de turbulência econômica e de guerras globais destrutivas propiciou o estopim da crise ambiental, em meio à expansão industrial e comercial (Pisani, 2006).

As mudanças de atitudes referentes à conscientização e à responsabilização ambiental iniciaram-se entre as décadas de 70 e 80, marcadas por grandes eventos mundiais, como a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em 1972, na Suécia, que almejava demonstrar a possibilidade de alcance do crescimento econômico e industrial sem, necessariamente, agredir o meio ambiente (Feil & Schreiber, 2017). Como reflexo, criou-se em 1973, no Brasil, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), introduzindo órgãos administrativos e legislação referentes a área ambiental.

A Organização das Nações Unidas (ONU), visando à cooperação internacional para a promoção da defesa do meio ambiente, nomeou, em 1983, a primeira-ministra da Noruega da época, Gro Harlem Brundtland para comandar a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – responsável por se empenhar na apuração de propostas e planos na área ambiental, em proporções mundiais (Nações Unidas, 2020).

Em 1987, a Comissão elaborou o Relatório Brundtland, conhecido como “Nosso Futuro Comum”, que estabeleceu medidas para a execução do desenvolvimento sustentável no âmbito social e corporativo. Foi o primeiro documento a utilizar a expressão “desenvolvimento sustentável”, e simboliza o ponto inicial para os mais atuais debates acerca do conceito de sustentabilidade (Mebratu, 1998). Com o passar do tempo, outras conferências e reuniões foram realizadas e acabaram indo além das questões ambientais, contudo, sempre voltando-se para o objetivo inicial do desenvolvimento sustentável.

Uma destas cúpulas, realizadas pelas Nações Unidas, chamada "Cúpula do Milênio das Nações Unidas", ocorrida entre os dias 6 e 8 de setembro de 2000, na sede da ONU, em Nova Iorque, Estados Unidos, culminou na "Declaração do Milênio das Nações Unidas". Esse importante documento resultou na criação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Foram oito grandes objetivos globais assumidos pelos países-membros da ONU, e as metas estabelecidas pelos objetivos seriam norteadoras para a eliminação da pobreza e da fome no planeta até o ano de 2015 (Roma, 2019).

Recentemente, em 2015, foi divulgado um documento ambicioso, chamado “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, propondo medidas para o estabelecimento da sustentabilidade em escala mundial ampla. Denominado de Agenda 2030, é um plano que populariza ações e metas envolvendo empresas, governos e consegue, principalmente, alcançar pessoalmente o indivíduo, propiciando atitudes em favor da questão socioambiental, mediante parcerias globais entre os interessados (indivíduo, sociedade no geral, governo, empresas e o próprio meio ambiente).

O plano de ação estabelecido na agenda indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, a saber: 1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 3. Saúde e Bem-estar; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de gênero; 6. Água potável e Saneamento; 7. Energia acessível e limpa; 8. Trabalho decente e crescimento econômico; 9. Indústria, inovação e infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 14. Vida na água; 15. Vida terrestre; 16. Paz, justiça e instituições eficazes; 17. Parcerias e meios de implementação; e 169 metas, para erradicar a pobreza, proteger o planeta e promover vida digna para todos (Agenda 2030, 2019a).

Dentre as várias metas existentes, há as que priorizam a questão ambiental e podem ser atingidas com ações de empresas do setor privado, pela implementação de um caminho

mais sustentável dentro da atividade empresarial (Agenda 2030, 2019b). Segundo afirma Morris (2012), prever as necessidades de recursos para as gerações futuras é uma tarefa praticamente impossível, devido às constantes mudanças na inovação tecnológica. Entretanto, a Agenda 2030 busca estimular a implementação de atitudes, inclusive no ramo empresarial, com o fito de prevenir, futuramente, a ausência de recursos e até aprimorar a utilização destes, para a ocorrência de impactos posteriores positivos na questão da preservação.

Desta forma, a presente pesquisa busca responder o seguinte questionamento: Quais informações de natureza ambiental, divulgadas por empresas mundiais, englobam as metas previstas pela Agenda 2030?

O objetivo geral do estudo é investigar as informações de natureza ambiental, divulgadas por empresas mundiais que englobam as metas previstas pela Agenda 2030. Os objetivos específicos são: a) identificar as metas e os indicadores ambientais contemplados pela Agenda 2030; b) identificar dentre as metas e objetivos ambientais os que podem ser contemplados em ações empresariais e divulgadas pelas empresas; c) analisar a divulgação ambiental das empresas e d) averiguar a conformidade das informações divulgadas com as metas previstas pela Agenda 2030.

Justifica-se o estudo pela tentativa de mensurar o engajamento das entidades mundiais em divulgar informações sobre práticas ambientais em favor do atingimento das metas dos ODS, à luz do novo modelo contemporâneo de aperfeiçoamento e progresso sustentável, a Agenda 2030, desenvolvida para concretização de seus objetivos ainda no século XXI, fomentando um processo participativo entre interessados na conduta ambientalmente correta - sociedade, governo, empresa, *stakeholders*-, com perspectiva de ação integrada entre as dimensões social, ambiental e financeira, componentes do *triple bottom line*.

Referencial Teórico

Contabilidade Ambiental

A contabilidade pretende prover um conjunto de informações contábeis a usuários de qualquer natureza, para apresentar a realidade patrimonial, em determinado período de tempo (Calixto, Barbosa & Lima, 2007).

Frente à finitude dos recursos naturais existentes, além da capacidade limitada do ambiente de absorver os rejeitos produzidos pelo homem, a preocupação com a continuidade do meio ambiente encontra-se cada vez mais evidente (Clemente, Kubaski & Taffarel, 2011). Atualmente, acredita-se que as empresas promovem um alto grau de exploração de recursos naturais e degradação do meio ambiente, resultando na prática de danos ambientais extensos e irreversíveis, causados por suas próprias atividades empresariais.

Tendo em vista o crescente interesse pela temática ambiental e a atual preocupação com o meio ambiente, tornou-se necessário mensurar o grau de responsabilidade e os riscos ambientais inerentes às empresas (Nossa, 2002). Conseqüentemente, as entidades foram demandadas a relatar sua interação com o meio ambiente e, concomitantemente, passaram a se preocupar com a obtenção de um desempenho ambiental satisfatório, frente às pressões externas pela adesão de uma postura empresarial ambientalmente correta.

Isto posto, a questão ambiental foi, portanto, inserida dentre as informações de natureza contábil, por intermédio de uma ramificação particular da contabilidade: a contabilidade ambiental. Na definição de Santos, Silva e Souza (2001), a contabilidade ambiental é entendida como o estudo do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) pertencente à entidade, e objetiva suprir os usuários internos e externos de informações sobre acontecimentos ambientais que modifiquem o patrimônio, com a devida identificação, mensuração e evidenciação da respectiva situação. Em síntese, a utilidade da contabilidade ambiental compreende a possibilidade de verificar os efeitos da atividade

empresarial diretamente na natureza e avaliar o resultado financeiro desses efeitos na empresa.

Informações ambientais

Segundo afirmam Lima, Cunha, Moreira e Porte (2012), a sociedade, tomada pelo contínuo aumento da consciência ecológica, passou a demandar das empresas informações relativas a procedimentos adotados para a redução de impactos causados pelas suas atividades no meio ambiente.

Todavia, as empresas, ao lidarem com diversas informações diariamente, precisam gerenciar e especificar o conteúdo contido na informação, para que elas sejam úteis e bem utilizadas pelos usuários, em tempo hábil. (Calixto et al., 2007). Dentro dessa perspectiva, Costa e Marion (2007) afirmam que: “A Contabilidade Ambiental pode contribuir para que as informações ambientais possam ser evidenciadas de maneira segregada das informações operacionais obedecendo a uma certa uniformidade”.

Mediante a visão dos autores, prover informações ambientais, na concepção da contabilidade ambiental, consiste em mensurar o patrimônio ambiental de uma entidade e a eficiência de sua utilização, de modo a fornecer informações econômicas e financeiras a respeito da preservação, proteção e recuperação do meio ambiente.

Segundo Calixto et al. (2007), “o principal grupo ao qual se destinam as informações contábeis são os acionistas, investidores e credores”. Além destes, outros interessados nas informações de uma entidade são seus funcionários, clientes e fornecedores, bem como o Governo e a sociedade. De acordo com esses autores, as informações terão utilidade para seus usuários, pois servem de apoio na avaliação e tomada de decisão financeira e econômica.

De modo semelhante, Freitas e Oleiro (2011) afirma que as informações ambientais são importantes para os processos de tomada de decisão, pois suprem a necessidade de avaliação, a qualquer momento, dos investimentos e dos passivos ambientais nas entidades, para que se tenha melhor visualização e controle sobre os impactos de suas ações, além de prevenir multas onerosas referentes a questões do meio ambiente e evitar uma imagem corporativa negativa.

Divulgação ambiental

Motta, Mazza e Oliveira (2013) comentam que a divulgação ambiental informa como encontra-se o desempenho ambiental da entidade, para demonstrar aos *stakeholders* as intenções e iniciativas tomadas pela empresa para evitar a degradação do meio ambiente.

De maneira semelhante, Monteiro e Ferreira (2007) afirmam que a divulgação da informação ambiental tem por objetivo apresentar informações para os *stakeholders* sobre o desempenho da organização em questões de natureza ambiental, bem como divulgar quaisquer outras informações que afetem o meio ambiente e o patrimônio da empresa.

Através do item 1.4 da Resolução 774, de 16 de dezembro de 1994 (Brasil, 1995), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relata que:

[...] a aplicação da Contabilidade a uma Entidade particularizada, busca prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do Patrimônio da Entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos, expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios.

As empresas, nessa perspectiva, desejam deixar claro sua reponsabilidade ambiental de e procuram evidenciar informações dessa natureza de forma documental. A *Commission of the European Community* (2002, p.20) recomenda que haja um reconhecimento, mensuração e evidenciação de informações ambientais na contabilidade e nos relatórios anuais das empresas, seguindo padrões de confiabilidade, comparabilidade e verificabilidade do desempenho ambiental das empresas.

O estudo de Calixto et al. também afirma que os dados contábeis, dentre eles os ambientais, são divulgados através das demonstrações financeiras e outros dados complementares (notas explicativas), relatórios da administração, entre outras ferramentas.

Entretanto, habitualmente, as entidades acabam não evidenciando as informações nas próprias demonstrações contábeis porque as normas contábeis trazem algumas restrições. Assim, nos casos de impossibilidade de evidenciação nas demonstrações, a contabilidade possibilita a evidenciação dessas informações em outros meios (Costa & Marion, 2007).

É por via do relatório de sustentabilidade que as empresas mais facilmente podem divulgar os impactos socioambientais gerados pela sua atividade empresarial. Não é consenso sobre o que deve estar incluído nos relatórios de contabilidade ambiental. Todavia, já é possível, atualmente, encontrar uma gama de diretrizes e recomendações no ramo da contabilidade ambiental (Nossa, 2002). O processo de relato dessas informações é voluntário em países como o Brasil, em que a organização possui autonomia para elaborar seu próprio relatório de sustentabilidade, entretanto, já se emprega padrões de divulgação ambiental, por intermédio do uso de indicadores específicos (Motta et al., 2013).

Segundo Motta et al. (2013), “um dos modelos de relatório com maior credibilidade no cenário internacional é o da GRI (Global Reporting Initiative) que contém indicadores de desempenho Econômico, Social e Ambiental.”. Na percepção de Nossa (2002), dentre os organismos que apresentam diretrizes sobre gestão ambiental ou geração de informações ambientais, o GRI tem a característica de ser o mais abrangente e completo.

Desenvolvimento Sustentável

“A sustentabilidade consiste em encontrar meios de produção, distribuição e consumo dos recursos existentes de forma mais coesiva, economicamente eficaz e ecologicamente viável” (Barbosa, 2008).

“O termo ‘desenvolvimento sustentável’ surgiu no ano de 1987, com o relatório de *Brundtland* e logo após foi adotado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento” (Clemente et al., 2011). Esse relatório, também conhecido como Nosso Futuro Comum, definiu que “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”.

Segundo Barbosa (2008), o conceito de desenvolvimento sustentável foi consolidado na Agenda 21. De acordo com a autora, frente aos prejuízos causados no meio ambiente, devido aos padrões de desenvolvimento e consumo atual, o desenvolvimento sustentável potencialmente pode ser a resposta a esses infortúnios.

Atualmente, a proposta do desenvolvimento sustentável atingiu grandes proporções, à medida que a sustentabilidade não faz alusão apenas a questões ambientais, mais abarca também questões sociais, como a diminuição da pobreza e da fome. A intenção do desenvolvimento sustentável é, sinteticamente, atingir um equilíbrio entre trabalho, qualidade e meio ambiente (Barbosa, 2008).

Agenda 2030

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, proposta na reunião ocorrida na sede das Nações Unidas, foi acordada pelos 193 Estados-membros da ONU e intitulada de: “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (Nações Unidas, 2015). Ela faz referência a um conjunto de: ações, programas e diretrizes, responsável por orientar os trabalhos das Nações Unidas e de seus países membros em direção ao desenvolvimento sustentável. Concluído em agosto de 2015, culminou em 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correspondentes, implementados no período de 2016-2030 (Ministério das Relações Exteriores, 2019).

De acordo com Loreto, Azevedo e Mariano (2018), o contexto da agenda promoveu debates mundiais relativos à adoção de práticas alinhadas às premissas de sustentabilidade, acometendo maior enfoque àquelas reativas ao meio ambiente e à qualidade de vida urbana. Os autores afirmam que o tema tem sido fortalecido, no cenário corporativa, por intermédio de discussões entre organizações que apoiam e incentivam o setor empresarial a aderirem, em seus planos de ações e negócios, comprometimento com o processo de implementação dos ODS em suas estratégias de negócios.

Anterior à Agenda 2030, a ONU e seus Estados-Membros estabeleceram um pacto global em 2000, voltado às nações em desenvolvimento, denominado Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que propôs metas para, até 2015, a construção de um futuro melhor para a humanidade (Neto, Júnior & Silva, 2015). São 8 os objetivos do milênio – subdivididos em 21 metas e 60 indicadores- a saber: 1) Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2) Universalizar a educação primária; 3) Promover a igualdade entre os sexos e empoderar as mulheres; 4) Reduzir a mortalidade de crianças; 5) Melhorar a saúde materna; 6) Combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças; 7) Garantir a sustentabilidade ambiental; 8) Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (Barcellos & Carvalho, 2014).

Pela prerrogativa da finalização do prazo para a concretização dos ODM, conforme relata Okado e Quinelli (2016), a elaboração de uma nova agenda começou a ser iniciada na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, por meio de um anúncio a respeito da constituição de um painel intergovernamental para definir estratégias e ações no pós-2015, as quais culminariam nos ODS. Ainda segundo os autores, as duas agendas são dotadas de semelhanças entre si, visto que os novos objetivos aproveitam o conteúdo desenvolvido pelos predecessores para avançar em meio aos objetivos ainda não auferidos e aperfeiçoar as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a ambiental e a social, com o intuito de concluir o que os ODM não conseguiram alcançar.

Outrossim, os alicerces do desenvolvimento sustentável: dimensões econômica, ecológica e social, se configuram como os componentes principais para a existência humana. Dito isso, a satisfação das necessidades humanas, nessas três dimensões, caracteriza-se como uma complexa tarefa, que exige um amplo processo de colaboração coordenada entre diversos setores da sociedade. Assim, visando ao sucesso do Desenvolvimento Sustentável, que exige uma abordagem ousada de envolvimento de todos os atores sociais para enfrentamento dos desafios futuros, os ODS, integrados e indivisíveis, dotados de natureza global e universalmente aplicáveis, contribuem com a possibilidade de tratar as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais, bem como as políticas e prioridades nacionais de cada país (Djonu et al., 2018).

Semelhantemente afirma Máximo (2015) sobre a capacidade dos ODS de analisar as diferentes perspectivas das diversas realidades nacionais, reconhecendo e considerando os diferentes níveis de desenvolvimento dos países. O autor ainda alega que o compromisso global atual é norteado, principalmente, por cinco pilares, que são: as pessoas (ênfase na dignidade humana e a erradicação da fome e da pobreza); o planeta (combate ao processo de degradação do meio ambiente); a prosperidade; a paz; e a parceria (ponto fundamental para a mobilização dos meios necessários para a implementação da agenda), proporcionando integração entre questões temáticas amplas e adversas.

Devido à complexidade da Agenda 2030, nos últimos anos nota-se a crescente demanda por mais dados, dentre eles os detentores de informações de caráter ambiental, a dimensão mais carente em meio a vasta gama de informações divulgadas, opondo-se ao fato de que cerca da metade das metas componentes dos ODS serem ambientais, inseridas no conteúdo dos seguintes objetivos : 6 (Água potável e saneamento), 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), 12 (Produção e consumo responsáveis), 13 (Ação contra a

mudança global do clima), 14 (Vida na água) e 15 (Vida terrestre) (Kronemberger, 2019). Ou seja, observa-se que a preocupação ambiental foi ponderada e acabou por sobressair-se na formulação dos objetivos contidos na Agenda 2030.

Após a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, criou-se o Grupo Interagências e de Peritos em Indicadores de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (IAEG-SDGs), a cargo do desenvolvimento de um quadro de indicadores globais com o intuito de monitorar a implementação da Agenda 2030 (United Nations, 2019, p. 7). Assim, a *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) preparou um documento de orientação contendo noções práticas sobre o uso destes indicadores para medição consistente e em alinhamento com as necessidades dos países em matéria de monitorização da realização da agenda dos ODS (United Nations, 2019, p. 8).

A Tabela 1 abaixo, retirado do documento de orientação criado pela UNCTAD, apresenta um número limitado de indicadores ambientais principais dos ODS.

Tabela 1 Indicadores ambientais principais da ONU em 2019

ÁREA AMBIENTAL	INDICADORES	MENSURAÇÃO
Uso sustentável da água	Reciclagem e reutilização da água	Volume total de reciclagem de água e/ou reutilização por uma entidade que relata durante o período do relatório em valor absoluto e em termos de porcentagem.
	Eficiência no uso da água	Uso da água por valor agregado líquido no período coberto pelo relatório, bem como alteração do uso da água por valor agregado líquido entre dois períodos reportados (em que o uso da água é definido como retirada de água mais água total recebida de terceiros) em termos percentuais, em termos de mudança e em quantidade absoluta.
	Estresse hídrico	Retirada de água com discriminação por fontes (superfície, solo, águas pluviais, águas residuais) e com referência a águas estressadas ou com escassez de água (expressas como porcentagem do total de retiradas) em quantidade absoluta e em termos percentuais.
Consumo de energia	Eficiência energética	Consumo de energia por valor adicionado líquido.
	Energia renovável	Consumo de energia renovável como porcentagem do consumo total de energia no período coberto pelo relatório.
Emissões de gases do efeito estufa	Emissões de gases do efeito estufa (âmbito 1)	Contribuição do escopo 1 em valor absoluto, em termos percentuais e em termos de mudança.
	Emissões de gases do efeito estufa (âmbito 2)	Contribuição do escopo 2 em valor absoluto, em termos percentuais e em termos de mudança.
Substâncias destruidoras da camada de ozônio e produtos químicos	Substâncias destruidoras da camada de ozônio e produtos químicos	Quantidade total de substâncias destruidoras da camada de ozônio (produtos químicos a granel/substâncias existentes como substância pura ou como mistura) por valor agregado líquido.

Gestão de resíduos	Resíduos perigosos	Quantidade total de resíduos perigosos, em termos absolutos, bem como a proporção de resíduos perigosos tratados, dado o total de resíduos relatados pela entidade relatora (em quantidade absoluta, em termos percentuais e em termos de mudança).
	Redução da geração de resíduos	Mudança na geração de resíduos da entidade por valor adicionado líquido em termos percentuais, em termos de mudança e em valor absoluto.
	Resíduos reutilizados, refabricados e reciclados	Quantidade total de resíduos reutilizados, remanufaturados e reciclados em quantidade absoluta, em termos de porcentagem e em termos de mudança.

Fonte: Traduzido de United Nations, 2019, anexo 1.

Ainda segundo o documento, esta seleção de indicadores principais representa o conjunto de informações mínimas e indispensáveis que as organizações necessitam fornecer a fim de que os governos sejam capazes de avaliar a contribuição do setor privado para a implementação dos ODS, entretanto não limitam as empresas de fornecerem outras informações, qualitativas e quantitativas, diversas ou complementares a essas.

Estudos sobre Divulgação Ambiental e ODS

Antes da criação dos ODS, houveram estudos bastante relevantes quanto ao âmbito de divulgação ambiental, como a pesquisa de Nossa (2002), que investigou o nível de *disclosure* de informações ambientais por empresas do setor de papel e celulose. Foram analisados os relatórios de 42 empresas pertencentes ao grupo das 50 maiores empresas, por vendas, do setor de papel e celulose a nível mundial, assim como 8 das 10 maiores empresas brasileiras desse setor. Dentre os resultados obtidos, têm-se que: empresas desse setor localizadas em diferentes países apresentaram níveis de *disclosure* de informações extremamente divergentes; diversos relatórios apresentaram divulgações sem um nível mínimo de padronização, principalmente com relação às informações financeiras; muitas empresas apresentaram seus relatórios baseados nas diretrizes do GRI; e o nível de confiabilidade e comparabilidade das informações mostrou-se bastante frágil e incipiente.

No período de transição entre ODM e ODS, Neto et al. (2015) desenvolveram um estudo a fim de abordar como os ODM e ODS estavam apresentando relevância para os pactos globais. Destarte, concluiu-se que os a temática fundante dos ODM é a fome. Constatou-se também que a continuidade da experiência dos ODM, através dos ODS, possibilita que haja o aprimoramento dos indicadores de desenvolvimento. Além disso, as recentes abordagens multidimensionais da gestão e governança para o desenvolvimento favoreceu o caminho para a implementação dos ODS e para uma agenda de pesquisa sobre governança global para o desenvolvimento sustentável.

Em estudos recentes já se observa a questão da divulgação ambiental voltada para o cumprimento das metas propostas na Agenda 2030, como o estudo de Sena et al. (2016), que realizaram um trabalho relativo ao semiárido brasileiro, a fim de analisarem quais medidas tornam-se necessárias para se alcançar os ODS nessa região. Os resultados mostraram grandes avanços nos municípios da região do semiárido brasileiro entre os anos de 1991 e 2010. Observou-se também que determinantes relacionados às ODS, como fome, pobreza, baixa educação, moradias precárias, falta de acesso à água em quantidade e qualidade adequadas, entre outros, serviram de referência para a priorização e implementação de ações, assim como a elaboração de políticas visando o desenvolvimento sustentável na área.

O estudo de Djonu et al. (2018) investigou o Desenvolvimento Sustentável e sua relação com as condições de saúde em áreas de risco. Fez-se uma análise quantitativa, na cidade de Bissau, África, por meio da construção de três índices: Índice de Ocorrência de Doenças, Índice de Acesso a Serviços de Saúde, e Índice de Saneamento Básico, os quais permitiram verificar, na perspectiva dos ODS, a relação entre saúde e saneamento. Os resultados mostram que a falta de infraestrutura de saneamento, baixa renda familiar e baixa escolaridade ameaçam as metas do Objetivo 3 do Desenvolvimento Sustentável, Saúde e Bem-Estar. Ademais, nas áreas de risco observadas no estudo, as demandas de saúde perpassam diversos ODS, como: Objetivo 1 (Erradicação da pobreza), Objetivo 2 (Segurança Alimentar), Objetivo 6 (Saneamento) e Objetivo 10 (Desigualdade entre países).

A pesquisa de Seyfried (2019) também propôs a analisar a implementação dos ODS na Prefeitura de Uberlândia, em seus programas e projetos municipais, e como esse grau de implementação e perspectivas futuras associam-se à preocupação e busca pela internacionalização da cidade. Mediante um estudo de caso e utilizando dados coletados pelo projeto de extensão Uberlândia 2100 da Universidade Federal de Uberlândia, informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Confederação Nacional de Municípios e da própria prefeitura, concluiu-se que a cidade está atuando de maneira inicial na implementação dos ODS, uma vez que os programas existentes auxiliam na melhoria da qualidade de vida da população, porém necessita-se de um maior aprofundamento e vinculação entre os programas e os ODS. Ademais, apontou-se a relevância do processo de implementação dos ODS com o intuito de melhorar a imagem da cidade para atrair maiores relações externas.

Metodologia

A presente pesquisa, sob o ponto de vista de seus objetivos, é exploratória. Considerando que a temática da Agenda 2030 é ainda recente e encontra-se em processo de estruturação, têm-se, portanto, a finalidade de viabilizar, por meio do estudo exploratório, um maior conhecimento sobre o assunto (Prodanov & Freitas, 2013, p. 51).

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é de caráter quantitativo, uma vez que ela se utilizará de recursos e técnicas estatísticas para analisar os resultados (Silva & Menezes, 2005, p. 20). Quanto ao delineamento, a pesquisa é documental, pois, segundo Gil (2002, p. 45), ela “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Cabe mencionar que a coleta de dados será feita utilizando-se da base de dados da *Thomson Reuters*®.

De modo geral, segundo Nossa (2002), “a base para a pesquisa é definida pelo tamanho das companhias classificadas por alguma revista ou instituição (geralmente as primeiras do *hanking*)”. Neste estudo, inspirado por trabalhos já realizados, como o de Calixto et al. (2007), optou-se por analisar as empresas mundiais consideradas como as mais sustentáveis. Assim, para seleção da amostra, o universo considerado foram as 100 empresas mais sustentáveis do mundo em 2020, de acordo com o *ranking* viabilizado pela *Corporate Knights*, revista de negócios sustentáveis eleita “Revista do Ano” em 2013 pela *Canada’s National Magazine Awards Foundation* (“2020 Global 100 ranking”, 2020).

Logo, a amostra foi formada por 20 empresas, pertencentes ao *ranking* e que necessariamente estavam contempladas na base de dados da *Thomson Reuters*, conforme disposto no Apêndice 1.

A Tabela 2 a seguir apresenta os indicadores ambientais essenciais a serem divulgados que comprovam que a empresa se comprometeu com os ODS. Assim, para viabilizar a análise, fez-se uma compatibilidade entre os indicadores da Tabela 1 e os disponíveis na base de dados.

Tabela 2 Indicadores ambientais da base de dados

PILAR	SIGLA	INDICADOR DA BASE DE DADOS	INDICADOR DA ONU
Água	A1	Água reciclada	Reciclagem e reutilização da água
	A2	Política de eficiência hídrica	Eficiência no uso da água
	A3	Política de redução de recursos	
	A4	Total de retirada de água	Estresse hídrico
Energia	E1	Política de eficiência energética	Eficiência energética
	E2	Metas de eficiência energética	
	E3	Quociente de uso de energia renovável	Energia renovável
	E4	Uso de energias renováveis	
CO2	G1	Emissões equivalentes de CO2 diretas, âmbito 1	Emissões de gases do efeito estufa (Escopo 1)
	G2	Emissões equivalentes de CO2 indiretas, âmbito 2	Emissões de gases do efeito estufa (Escopo 2)
Resíduos	R1	Total de resíduos perigosos para as receitas USD	Resíduos perigosos
	R2	Total de resíduos perigosos para as receitas USD	
	R3	Substâncias destruidoras da camada de ozônio	Substâncias destruidoras da camada de ozônio e produtos químicos
	R4	Pontuação de substâncias destruidoras da camada de ozônio	
	R5	Iniciativas de redução de resíduos	Redução da geração de resíduos/ Resíduos reutilizados, refabricados e reciclados
	R6	Políticas de emissões	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Utilizou-se uma planilha eletrônica para organizar as informações, por empresa, relativas à coleta dos 16 indicadores mencionados na Tabela 2. Foram colhidos dados das empresas relativos aos anos 2015, 2016 e 2017, sendo este último ano o mais recente a estar disponível na base de dados na data da coleta dos dados.

A fim de se averiguar o nível de divulgação das organizações, adotou-se uma métrica de pontuação, de maneira a atribuir 0 pontos para a empresa que não divulgou a informação sobre determinado indicador e 1 ponto caso ela divulgasse a informação sobre esse indicador. Assim, uma empresa que divulga todos os indicadores alcança 16 pontos, e caso ela atinja essa divulgação máxima em todos os três anos, ela totalizaria 48 pontos, que é a pontuação máxima possível de ser atingida por uma empresa.

Resultados da Pesquisa

Estatística descritiva da divulgação dos indicadores ambientais

Nesta seção, o nível de divulgação será analisado levando-se em consideração as 20 empresas da amostra e os 16 indicadores coletados, sabendo-se também que a pontuação máxima a se atingir por uma empresa seria de 48.

Tabela 3 Estatística descritiva da divulgação dos indicadores pelas empresas da amostra

Medida Estatística	Valor	Observação
n	20	-
Média	26,8	-
Desvio Padrão	14,52	-
Coefficiente de Variação	52,82%	-
Mínimo	0	n=4; 20% dos dados
Máximo	42	n=1; 5% dos dados
Mediana	33	-
1º Quartil	24	-
3º Quartil	36	-
Moda	Nenhum	-

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

De acordo com a Tabela 3, dentre as 20 empresas, a média de divulgação totalizou 26,8, com desvio padrão de 14,52 e coeficiente de variação de 52,82%, revelando alta dispersão dos dados em torno da média determinada. O valor mínimo e o valor máximo são, respectivamente, equivalentes a 0 e 42, sendo o primeiro valor observado em quatro organizações e o segundo em apenas uma. Cabe salientar que nenhuma empresa atingiu a pontuação máxima de 48 pontos. Destaca-se ainda que a mediana, medida de tendência central que, vantajosamente, não é influenciada por valores extremos, totalizou 33.

Divulgação dos indicadores ambientais por pilar

Na Tabela 4 são apresentados os dados referentes aos indicadores relativos à Água. Como é possível observar, as empresas não divulgam informações sobre o volume de água reciclada ou reutilizada (A1). Das 20 empresas da amostra, nos anos de 2015 e 2016, 16 divulgam a política de eficiência no uso da água (A2) e no ano de 2017 há uma queda para 15 empresas que divulgam essa informação. Ainda acerca de eficiência no uso da água, 16 empresas divulgam a política de redução no uso desse recurso natural (A3) em 2015 e em 2016, e somente 15 empresas em 2017. Por fim, observou-se uma redução na quantidade de empresas que divulga a retirada total de água; sendo 15 empresas em 2015 e 2016 e apenas 13 empresas em 2017.

Tabela 4 Divulgação dos indicadores do pilar Água das empresas da amostra

Pilar	Água											
	A1			A2			A3			A4		
Indicador												
Ano	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Qtde. Empr.	0	0	0	16	16	15	16	16	15	15	15	13

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Diante do exposto, observa-se que a maioria das empresas demonstra estar envolvida com o atingimento das metas de desenvolvimento sustentável por meio da divulgação de sua contribuição para o uso sustentável da água conforme recomenda a ONU (United Nations, 2019).

Na Tabela 5 encontram-se os dados relativos aos indicadores de Energia. Observou-se que as empresas divulgam as informações relativas à eficiência energética (E1 e E2), com pequena queda para 15 empresas no ano de 2017. Quanto aos dois indicadores relativos à energia renovável, apenas E4 possui alta divulgação pelas empresas, visto que em E3, no ano de 2015 apenas duas empresas divulgam sobre esse indicador, e nos anos seguintes há apenas

um pequeno aumento. Apesar da pouca expressividade de divulgação de E3, as empresas apresentaram um bom nível de divulgação no demais indicadores referentes à Energia.

Tabela 5 Divulgação dos indicadores do pilar Energia das empresas da amostra

Pilar	Energia											
	E1			E2			E3			E4		
Indicador												
Ano	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Qtde. Empr.	16	16	15	16	16	15	2	3	4	16	16	15

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Os dados relativos aos indicadores de Co2 encontram-se apresentados na Tabela 6. Quanto às emissões diretas de gases do efeito estufa (G1), 14 empresas divulgaram essa informação nos anos de 2015 e 2016, com uma queda, no ano de 2017, para 11 empresas. Já para as emissões indiretas (G2), igualmente 14 empresas divulgaram informações referentes a esse indicador em 2015 e 2016, com queda para 10 empresas no ano de 2017.

Tabela 6 Divulgação dos indicadores do pilar Co2 das empresas da amostra

Pilar	Co2					
	G1			G2		
Indicador						
Ano	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Qtde. Empr.	14	14	11	14	14	10

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

A Tabela 7 apresenta os dados relativos aos indicadores de Resíduos. Os indicadores referentes aos resíduos perigosos (R1 e R2), apresentaram dados idênticos nos três anos analisados. Em 2015, 13 empresas divulgaram sobre esses indicadores, e nos anos seguintes houve uma queda, para 11 empresas em 2016 e 9 empresas em 2017. Os dois indicadores destinados às substâncias destruidoras da camada de ozônio (R3 e R4) também apresentaram resultados iguais. Nos três anos analisados, apenas 2 empresas divulgaram informações acerca de cada um desses indicadores. Quanto ao indicador relativo às iniciativas para redução de resíduos (R5), em 2015 e 2016, 16 empresas divulgaram informações sobre esse indicador, e em 2017, apenas 15 empresas. Ao final, o indicador sobre políticas de emissão de resíduos (R6) apresenta alta divulgação, visto que em 2015 e 2016, 16 empresas promoveram essa divulgação, e em 2017 ocorreu uma pequena queda para 15 empresas.

Tabela 7 Divulgação dos indicadores do pilar Resíduos das empresas da amostra

Pilar	Resíduos																	
	R1			R2			R3			R4			R5			R6		
Ind.																		
Ano	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Qtd. Empr.	13	11	9	13	11	9	2	2	2	2	2	2	16	16	15	16	16	15

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Isto posto, o indicador relativo à reciclagem e reutilização da água obteve o pior resultado, com nenhuma divulgação por parte das empresas nos três anos analisados. Ademais, um dos indicadores relativos à energia renovável como também os dois indicadores referentes às substâncias destruidoras da camada de ozônio apresentaram baixa divulgação por parte das entidades. Os demais indicadores apresentaram um bom nível de divulgação por parte das empresas, o que aponta o compromisso da maior parte dessas entidades em apresentar suas informações em conformidade com as metas previstas pela Agenda 2030.

Estatística descritiva da divulgação dos indicadores ambientais por pilar

Nesta seção, o nível de divulgação será analisado mediante estatística descritiva, separando cada um dos quatro pilares analisados. Sendo assim, cada um dos pilares possui uma quantidade de indicadores, que somados totalizam os 16 indicadores observados no presente estudo.

Conforme apresenta a Tabela 8, Água e Energia são os dois pilares com mesma quantidade de indicadores. Assim, 12 é a pontuação máxima que poderia ter sido atribuída nesses dois pilares, uma vez que a empresa divulgasse esses quatro indicadores nos três anos analisados. O pilar Energia apresentou maior média e desvio padrão, sendo os valores, respectivamente, 7,5 e 4,05. A moda e a mediana foram idênticas, apresentando valor 9, para os dois pilares em questão. Ademais, apenas o pilar Energia conseguiu alcançar a pontuação máxima de 12.

Tabela 8 Estatística descritiva dos indicadores ambientais por pilar das empresas da amostra

Medida Estatística	Água	Energia	Co2	Resíduos
Quantidade de indicadores	4	4	2	6
n	20	20	20	20
Média	6,85	7,5	3,85	8,6
Desvio Padrão	3,63	4,05	2,68	5,39
Coefficiente de Variação	51,67%	52,58%	67,87%	61,13%
Mínimo	0	0	0	0
Máximo	9	12	6	18
Mediana	9	9	5,5	10
1º Quartil	6	7,5	0	6
3º Quartil	9	9	6	12
Moda	9	9	6	12

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

O pilar Resíduos concentrou o maior número de indicadores, totalizando 6. Assim a pontuação máxima que uma empresa poderia atingir nesse pilar era de 18. A média verificada foi de 8,6, com desvio padrão de 5,39 e coeficiente de variação de 61,13%, o segundo maior dentre os pilares. A valor da mediana e da moda foram, respectivamente, 10 e 12. O valor mínimo foi de 0 e o valor máximo foi de 18, significando que pelo menos uma empresa conseguiu atingir a pontuação máxima.

O pilar Co2 expôs o menor número de indicadores, apenas 2. Assim, a pontuação máxima passível de ser atingida neste pilar foi de 6. A média e o desvio padrão observados foram, respectivamente, 3,85 e 2,68. Assim, verificou-se também que esse pilar apresentou o maior coeficiente de variação dentre todos os quatro, valor equivalente a 67,87%. A mediana totalizou 5,5. Cabe destacar que a moda foi de 6, significando que a maior frequência de pontos obtidos pelas empresas da amostra foi equivalente à pontuação máxima.

Ao fim, conforme apontou o estudo de Neto et al. (2015), realmente nota-se um aprimoramento dos indicadores de desenvolvimento proporcionados pelos ODS, perceptível pela alta adesão das empresas na divulgação dos indicadores ambientais de forma clara e passível de comparabilidade, em contrário à pesquisa de Nossa (2012), realizada antes da criação dos ODS, que revelou *disclosure* de informações divergentes entre as empresas e divulgações sem um nível mínimo de padronização, propiciando o baixo nível de confiabilidade e comparabilidade das informações. Assim como as pesquisas de Sena et al. (2016), Djonu et al. (2018) e Seyfried (2019), o presente estudo conseguiu analisar a

implementação dos ODS e averiguar que as empresas estão caminhando para o atendimento das metas da Agenda 2030, uma vez que elas já estão visando atingir as demandas de um desenvolvimento mais sustentável.

Considerações Finais

Entre as décadas de 70 e 80 foram surgindo mudanças comportamentais significativas referentes à responsabilização e à conscientização, com a ocorrência de eventos mundiais, a exemplo da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em 1972, focada no alcance do crescimento econômico e industrial sem agressão ao meio ambiente.

No ano de 2015, a ONU, em parceria com seus 193 Estados-membros, elaborou o documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” que culminou em 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correspondentes, a serem implementadas entre o período de 2016-2030. Entre as metas existentes, há as que priorizam a questão ambiental e podem ser atingidas com ações de empresas do setor privado, pela implementação de um caminho mais sustentável dentro da atividade empresarial.

Desta forma, a presente pesquisa pretendeu investigar, entre as empresas mundiais, se as informações de natureza ambiental estavam sendo divulgadas, tendo como referência as metas previstas pela Agenda 2030. Por meio de um estudo quantitativo, foram selecionados os indicadores ambientais essenciais a serem divulgados que comprovam que a empresa aderiu e se comprometeu com os ODS. A amostra foi composta por 20 empresas mundiais pertencentes ao *ranking* das 100 empresas mais sustentáveis do mundo em 2020. Foram coletados dados de 16 indicadores contemplados na base de dados da *Thomson Reuters*, separados em 4 pilares: água, energia, CO₂ e resíduos. O período dos dados coletados é relativo aos anos de 2015, 2016 e 2017.

Os objetivos estabelecidos no estudo foram cumpridos ao identificar que as empresas da amostra, majoritariamente, divulgam as suas informações ambientais em conformidade com o que está previsto na Agenda 2030. O bom nível de divulgação apontado revela um compromisso pela maioria das entidades em apresentar suas informações em conformidade com as exigências da Agenda 2030. Nota-se, portanto, a intenção cada vez maior das empresas em atender as demandas por um desenvolvimento sustentável.

Observou-se que, no pilar Água, os indicadores de política de eficiência hídrica e política de redução de recursos (referentes à eficiência no uso da água) obtiveram alta divulgação por parte das empresas, bem como três indicadores do pilar Energia, a saber: política de eficiência energética, metas de eficiência energética e uso de energias renováveis. Ademais, no pilar Resíduos, a alta divulgação pertence aos indicadores de iniciativas de redução de resíduos e políticas de emissões. Quanto ao pilar CO₂, os resultados relativos às emissões de gases do efeito estufa apresentaram uma divulgação razoável.

Denota-se também que o pior resultado de divulgação está vinculado ao indicador relativo à reciclagem e reutilização da água (pilar Água), em vista de nenhuma empresa ter divulgado informações referentes ao volume de água reciclada ou reutilizada. O indicador de energia renovável (pilar Energia) também apresentou baixa divulgação, assim como os dois indicadores referentes às substâncias destruidoras da camada de ozônio (pilar Resíduos).

Como sugestão para ampliação deste estudo, podem ser realizadas pesquisas com uma amostra maior de empresas e contendo períodos futuros, a fim de se analisar como ocorrerá a evolução do cumprimento das metas da Agenda 2030 ao longo dos anos.

Referências

- Agenda 2030. (2019a, outubro). *A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*.
<http://www.agenda2030.com.br/sobre/>.
- Agenda 2030. (2019b, outubro). *A Agenda 2030: Um plano de ação global para um 2030 sustentável*. <http://www.agenda2030.com.br/sobre/>.
- Barbosa, G. S. (2008). O desafio do desenvolvimento sustentável. *Revista Visões*, 1(4), 1-11.
- Brasil. (1995, janeiro). *Resolução CFC nº. 774, de 16 de dezembro de 1994*.
<http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/resolucaocfc774.htm>.
- Calixto, L., Barbosa, R. R., & Lima, M. B. (2007). Disseminação de informações voluntárias: relatórios contábeis versus Internet. *Revista Contabilidade & Finanças*, 18(spe), 84-95. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772007000300008>
- Clemente, A., Kubaski, D., & Taffarel, M. (2011, novembro). *Contabilidade Ambiental: uma análise na indústria de papel e celulose do Estado do Paraná*. Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Custos, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 18.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991). *Nosso futuro comum* (2ª ed.). Editora da Fundação Getúlio Vargas. Tradução de *Our common future* (1ª ed.). 1988.
- Commission of the European Community. (2002, julho). *Corporate social responsibility: a business contribution to sustainable development*. <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2002:0347:FIN:EN:PDF>
- Costa, R. S. da, & Marion, J. C. A. (2007). A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. *Revista Contabilidade & Finanças*, 18(43), 20-33.
<https://doi.org/10.1590/S1519-70772007000100003>

Djonu, P., Rabelo, L. S., Lima, P. V. P. S., Souto, M. V. S., Sabadia, J. A. B., & Sucupira Jr., P. R. G. (2018). Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Condições de Saúde em Áreas de Risco. *Ambient. soc.*, 21(sep), Artigo e09110.

Feil, A. A., & Schreiber, D. (2017). Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: Desvendando as Sobreposições e Alcances de Seus Significados. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(3), 667-681. <https://doi.org/10.1590/1679-395157473>

Freitas, D. P. da S., & Oleiro, W. N. (2011). Contabilidade Ambiental: A Evidenciação nas Demonstrações Financeiras das Empresas Listadas na BM&F Bovespa. *REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 1(2), 65-81.

<https://doi.org/10.18696/reunir.v1i2.29>

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projeto de pesquisa* (4ª ed.). Atlas.

Kronemberger, D. M. P. (2019). Os desafios da construção dos indicadores ODS globais. *Cienc. Cult.*, 71(1), 40-45. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100012>

Lima, K. P. S., Cunha, D. R., Moreira, F. G. L., & Porte, M. S. (2012). Contabilidade ambiental: um estudo sobre a evidenciação das informações ambientais nas demonstrações contábeis das grandes empresas brasileiras. *Revista Eletrônica de Administração*, 11(1), 1-14.

Loreto, B. G. S., Azevedo, T. C., & Mariano, T. L. A. B. (2018, dezembro). *Responsabilidade Social Corporativa à Luz da Agenda 2030: experiência na Gestão de uma Empresa Contábil Baiana*. Anais do XX Encontro Internacional sobre Gestão Ambiental e Meio Ambiente (ENGEMA), São Paulo, SP, Brasil, 20.

Máximo, L. M. A agenda de desenvolvimento pós-2015 da ONU: os desafios e potencialidades dos objetivos de desenvolvimento sustentável para o continente africano. (2015). *Revista Perspectiva*, 8(15), 10-29.

Mebratu, D. Sustainability and sustainable development: Historical and conceptual review. (1998). *Environmental Impact Assessment Review*, 18(6), 493-520.

Mibielli, P., & Barcellos, F. C. (2014). Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: Uma avaliação crítica. *Sustentabilidade em Debate*, 5(3), 222-224.
<https://doi.org/10.18472/SustDeb.v5n3.2014.11176>

Ministério das Relações Exteriores. (2019, abril). *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. <https://www.gov.br/inmetro/pt-br/assuntos/noticias/inmetro-discute-internalizacao-da-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>

Monteiro, P. R. A., & Ferreira, A. C. S. (2007). A evidenciação da informação ambiental nos relatórios contábeis: um estudo comparativo com o modelo do ISAR/UNCTAD. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 1(1), 82-101.
<https://doi.org/10.24857/rgsa.v1i1.17>

Morris, M. (2012). Sustainability: An Exercise in Futility. *International Journal of Business and Management*, 7(2), 36-44. [10.5539 / ijbm.v7n2p36](https://doi.org/10.5539/ijbm.v7n2p36)

Mota, M. de O., Mazza, A. C. A., & Oliveira, F. C. (2013). Uma análise dos relatórios de sustentabilidade no âmbito ambiental do Brasil: sustentabilidade ou camuflagem? *BASE - Revista de Administração e Contabilidade Da Unisinos*, 10(1), 69-80.
[10.4013/base.2013.101.06](https://doi.org/10.4013/base.2013.101.06)

Nações Unidas. (2020). *A ONU e o meio ambiente*. <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>

Nações Unidas. (2015, setembro). *Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável*. <https://brasil.un.org/pt-br/70810-comeca-sexta-feira-25-cupula-das-nacoes-unidas-sobre-o-desenvolvimento-sustentavel>

Neto, R. M. C., Júnior, O. M., & Silva, J. M. M. da. (2015, setembro). Indicadores de Desenvolvimento em Agendas Globais: A contribuição dos ODM e ODS na a construção da governança para o desenvolvimento sustentável. *Anais do VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 7.

Nossa, V. (2002). *Disclosure Ambiental: Uma Análise do Conteúdo dos Relatórios Ambientais de Empresas do Setor de Papel e Celulose em Nível Internacional* [dissertação de doutorado, Universidade de São Paulo]. Catálogo DEDALUS. http://dedalus.usp.br/F/78YV4F9QC43EAGJFLQHR65Q81H2K1V68X6UDMCDYM B55RVA9BS-07625?func=full-set-set&set_number=003453&set_entry=000005&format=999

Okado, G. H. C., & Quinelli, L. (2016). Megatendências Mundiais 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a "Nova Agenda" das Nações Unidas. *Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*, 2(2), 109-110. <http://dx.doi.org/10.18224/baru.v2i2.5266>

Pisani, J. A. (2006). Sustainable development – historical roots of the concept. *Environmental Sciences*, 3(2), 83-96. <https://doi.org/10.1080/15693430600688831>

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. de. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2ª ed.). Feevale.

Roma, J. C. (2019). Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. *Cienc. Cult.*, 71(1), 33-39.
<http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100011>

Santos, A. de O., Silva, F. B. da., Souza, S. de, & SOUSA, M. F. R. de. (2001). Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. *Contabilidade & Finanças FINECAFI - USP*, 16(27), 89-99. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772001000300007>

Sena, A., Freitas, C. M. de., Barcellos, C., Ramalho, M., & Corvalan, C. (2016). Medindo o invisível: análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em populações expostas à seca. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(3), 671-683.
<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015213.21642015>.

Seyfried, M. F. (2019). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Internacionalização de Uberlândia. [tese de graduação, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório Institucional - Universidade Federal de Uberlândia.
<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/27808>

Silva, E. L. da, & Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação* (4ª ed.). UFSC.

United Nations. (2019, julho). *Guidance on core indicators for entity reporting on contribution towards implementation of the Sustainable Development Goals*.
<https://unctad.org/webflyer/guidance-core-indicators-entity-reporting-contribution-towards-implementation-sustainable>

2020 Global 100 ranking. (2020, 21 de janeiro). Obtido em
<https://www.corporateknights.com/reports/2020-global-100/2020-global-100-ranking-15795648/>

Apêndice 1

Empresas da amostra mais sustentáveis do mundo da 2020 Global 100 ranking e presentes na Thomson Reuters

EMPRESAS DA AMOSTRA	POSIÇÃO RANK DE 2020	PAÍS	ATIVIDADE
Neste Oyj	3º	Finlândia	Refinarias de petróleo
Novozymes A/S	6º	Dinamarca	Produtos químicos especializados e de desempenho
Enel Italia Srl	8º	Itália	Serviços de utilidade pública
Osram Licht AG	11º	Alemanha	Equipamento eléctrico e sistemas de energia
Umicore SA	14º	Bélgica	Produtos de metais primários
Outotec Oyj	18º	Finlândia	Fabricação de máquinas
UPM-Kymmene Oyj	24º	Finlândia	Produtos florestais e de papel
Schneider Electric SE	29º	França	Conglomerados industriais
Kone Oyj	32º	Finlândia	Fabricação de máquinas
Vestas Wind Systems A/S	37º	Dinamarca	Equipamento eléctrico e sistemas de energia
Intesa Sanpaolo Group Services SCpA	39º	Itália	Serviços bancários
Siemens AG	41º	Alemanha	Conglomerados industriais
Bombardier Inc	44º	Canadá	Indústria aeroespacial e de defesa
Koninklijke DSM NV	45º	Países baixos	Alimentos e outros agentes químicos
Sims Metal Management Ltd	47º	Estados Unidos da América	Produtos de metais primários
Cascades Inc	49º	Canadá	Contentores e Embalagens
Canadian National Railway Co	54º	Canadá	Serviços de transporte de carga e infraestrutura
Stantec Inc	57º	Canadá	Instalações e serviços de construção
Pearson Management Services Ltd	64º	Reino Unido	Serviços profissionais pessoais
Metso Oyj	66º	Finlândia	Fabricação de máquinas

Fonte: Traduzido de 2020 Global 100 ranking, 2020.